

ACESSO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): UM ESTUDO PARA O ASSENTAMENTO PRIMAVERA, RONDONÓPOLIS - MT

Andressa Gomes Costa Schinatto¹

 <https://orcid.org/0000-0002-3747-0394>

Aniela Fagundes Carrara²

 <https://orcid.org/0000-0002-3131-2344>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal identificar as facilidades e as dificuldades para a obtenção de crédito via PRONAF, além de eventuais melhorias obtidas por meio de tal programa, para os agricultores familiares do Assentamento Primavera, localizado a 45Km da cidade de Rondonópolis, no estado de Mato Grosso. De modo a cumprir tal objetivo foi aplicado um questionário para os responsáveis pelos lotes que compõem o assentamento. E, como principais resultados, pode-se verificar que a maioria dos que responderam o questionário já fez uso do PRONAF e, por meio de tal programa, conseguiu melhorias de infraestrutura na propriedade e aumento da renda. Já entre os que nunca utilizaram o programa, o maior impeditivo relatado foi a burocracia. Por fim, observou-se que é praticamente uma unanimidade no assentamento a compreensão da importância do PRONAF para a agricultura familiar.

Palavras-chave: Crédito, Agricultura familiar, Rural.

ACCESS TO THE NATIONAL FAMILY FARMING STRENGTHENING PROGRAM (PRONAF): A STUDY FOR THE PRIMAVERA SETTLEMENT, RONDONÓPOLIS - MT

ABSTRACT

The present work has as main objective to identify the facilities and the difficulties to obtain credit through PRONAF, in addition to any improvements obtained through this program, for family farmers in the Primavera Settlement, located 45 km from the city of Rondonópolis in the state of Mato Grosso. In order to fulfill this objective, a questionnaire was applied to those responsible for the lots that make up this settlement. And as the main results, it can be seen that most of those who answered the questionnaire have already used PRONAF and through this program have achieved improvements in infrastructure on the property and increased income. Among those who never used the program, the biggest reported impediment was bureaucracy. Finally, it was observed that it is practically unanimous in the settlement to understand the importance of PRONAF for family farming.

Keywords: Credit, Family Farming, Rural.

ACCESO AL PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMIENTO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): ESTUDIO PARA EL ASENTAMIENTO PRIMAVERA, RONDONÓPOLIS - MT

RESUMEN

El presente trabajo tiene como principal objetivo identificar las facilidades y dificultades para obtener crédito a través del PRONAF además de las mejoras obtenidas a través de este programa, para

¹Bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail: andressaschinatto19@gmail.com.

²Doutora em Economia Aplicada. Professora da Universidade Federal de Rondonópolis e do Programa de Pós- Graduação em Economia FE/UFMT. E-mail: aniela.carrara@ufr.edu.br.

agricultores familiares en el Asentamiento Primavera, ubicado a 45 km de la ciudad de Rondonópolis en el estado de Mato Grosso. Para cumplir con este objetivo, se aplicó un cuestionario a los responsables de los lotes que integran este asentamiento. Y como principales resultados, se puede observar que la mayoría de quienes respondieron el cuestionario ya han utilizado PRONAF y a través de este programa han logrado mejoras en la infraestructura de la propiedad y aumento de ingresos. Entre los que nunca utilizaron el programa, el mayor impedimento reportado fue la burocracia. Finalmente, se observó que es prácticamente unánime en el asentamiento para comprender la importancia del PRONAF para la agricultura familiar.

Palabra clave: Crédito, Agricultura Familiar, Rural.

INTRODUÇÃO

Segundo o Censo Agropecuário (2017), atualmente cerca de 15 milhões de pessoas estão ocupadas na atividade rural, e, do total de estabelecimentos, 76,8% são de agricultura familiar, sendo estes responsáveis por 23% do valor total da produção agropecuária do país³.

Até o ano de 1995, o Brasil não contava com nenhuma política agrícola voltada para atender as necessidades financeiras dos pequenos agricultores, que enfrentavam nesse período uma redução na oferta de crédito, e um alto custo para sua obtenção. Assim, com o objetivo de atender às necessidades desse público, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado, visando promover o apoio financeiro e sustentável, otimizar a produtividade através do financiamento dos negócios rurais e ajudar na compra de equipamentos, para assim melhorar a vida dos agricultores familiares (Bacen, 2017).

Ao longo de mais de duas décadas, o PRONAF passou por diversas mudanças, reformulações e melhorias que possibilitaram a ampliação do seu alcance, tanto que, de acordo com o último Censo Agropecuário (2017), dentre todos os programas governamentais de financiamentos rural, o PRONAF é o mais procurado entre os agricultores, abrangendo 76,62% dos estabelecimentos rurais.

Apesar de sua relevância, o acesso ao PRONAF ainda é uma realidade distante ou pelo menos complexa para muitos produtores familiares. São diversos os estudos, tais como o de Souza, Esquerdo e Bergamasco (2014), Saron, Neto e Hespanhol (2017) e Lima, Medeiros e Silva (2019), que apontam as dificuldades de adesão a tal programa, em diversas partes do país.

Assim, a importância do PRONAF e os gargalos existentes para se acessar esse crédito motivaram a formulação do presente estudo que tem como objetivo geral identificar as facilidades e as dificuldades para a obtenção de crédito via PRONAF, além de eventuais melhorias obtidas por esse programa para os agricultores familiares do Assentamento Primavera, localizado a 45Km da cidade de Rondonópolis, no estado de Mato Grosso. Já os objetivos específicos do trabalho buscam

³ <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>.

observar as principais características dos agricultores familiares do Assentamento Primavera, bem como da sua produção. E entender os motivos da adesão ou não ao programa aqui em questão.

De modo a cumprir os objetivos propostos, foi aplicado, junto aos responsáveis dos lotes que compõem o assentamento, um questionário com perguntas objetivas divididas em dois grupos: i) Caracterização do responsável por cada lote e ii) Mapeamento da adesão ou não ao PRONAF, com vistas a identificar o perfil dos assentados, bem como as dificuldades e facilidades no acesso ao programa.

É importante ressaltar que a relevância da pesquisa proposta consiste no fato de que esta busca mapear as dificuldades, as facilidades e os eventuais ganhos de se adquirir crédito via o PRONAF para uma comunidade de pequenos produtores familiares, afastada de grandes centros, porém circundada por grandes propriedades cuja a produção é voltada para a exportação, como é característico em grande parte da produção agrícola do estado de Mato Grosso. Assim, a pesquisa lança um olhar para uma parcela de pequenos produtores, com atributos específicos, ainda pouco estudada, quando o assunto é crédito rural.

Juntamente com esta introdução, o trabalho está dividido em seis seções. A segunda seção, logo na sequência, apresenta os procedimentos metodológicos, bem como a caracterização do objeto de estudo. A terceira aborda a evolução do PRONAF, apresentando seus objetivos e principais linhas. Em seguida, a quarta parte traz a agricultura familiar no Brasil, no período recente. Na seção de número cinco, são expostos os resultados obtidos, além das discussões pertinentes. Por fim, na seção de número seis, estão descritas as conclusões do estudo.

METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Na presente seção, será apresentada a metodologia empregada para contemplar o objetivo proposto, bem como será feita uma exposição da transformação fundiária no estado de Mato Grosso e uma caracterização do objeto de estudo do trabalho.

Metodologia

Para o presente trabalho, a abordagem que será utilizada tem um caráter exploratório, seguindo o que tradicionalmente fazem os trabalhos que investigam as diversas nuances da agricultura familiar, como o de Silva e Borges (2020), em que, inicialmente, realiza-se uma pesquisa de trabalhos e documentos sobre o tema e, posteriormente, aplica-se um questionário para um melhor entendimento do objeto de estudo.

Para desenvolver e dar base ao trabalho, foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema abordado, por meio de artigos científicos e livros publicados sobre o assunto, com foco no entendimento dos temas relacionados ao objetivo proposto, assim como na construção de um suporte

analítico para a interpretação das respostas obtidas via questionário, conforme é feito em diversos estudos, tais como o de Tavares, Minuzzo e Santos (2021). E, para de fato contemplar o objetivo proposto, foi conduzido um estudo de caso (ou estudo de campo), já que, conforme Yin (2005), esta metodologia proporciona uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, provendo o conhecimento direto da realidade e, assim, ficando a análise livre de interpretações originadas do subjetivismo do pesquisador.

De modo a implementar tal metodologia, foi elaborado e aplicado um questionário com perguntas objetivas, divididas em dois grupos, assim como propõem Feuser, Silveira e Marques (2019): i) Caracterização do responsável por cada lote e ii) Mapeamento da adesão ou não ao PRONAF (que se encontra no Anexo 1 do trabalho), no assentamento Primavera, localizado a 45 Km da sede do município de Rondonópolis – MT, e que será melhor apresentado a seguir.

Ressalta-se que o questionário foi estruturado seguindo uma ordem lógica de perguntas, assim como dispõe Günter (2003), em que inicialmente se têm perguntas que ajudam a entender quem são os assentados, a partir de características básicas como idade, escolaridade, composição familiar, dentre outras informações, que podem auxiliar também na compreensão do acesso ou não que tais indivíduos tem ao PRONAF. E, na sequência, perguntas específicas sobre a adesão ou não ao programa.

Existem diversos trabalhos que utilizam questionários para discutir a importância do uso do PRONAF, tais como os estudos de Mera e Dinonet (2010), Missio (2012) e Guedes (2016), todos estes trabalhos se baseiam em mensurar a utilização do PRONAF como fomento de atividade produtiva, ou socioeconômica de uma determinada região, através da aplicação de questionários diretamente aos produtores, assim como pretende-se fazer no presente estudo.

A contribuição do presente estudo mediante os trabalhos já realizados é fazer uma análise atual da adesão, ou não, ao PRONAF, bem como do impacto econômico que tal programa pode proporcionar em um espaço geográfico e econômico cercado por grandes propriedades produtoras de *commodities*, com foco na exportação, como é a região em que está localizado o assentamento escolhido para o estudo que será melhor detalhado a seguir.

Definição do tamanho mínimo da amostra

Antes da aplicação do questionário, foi definido o tamanho mínimo que a amostra de questionários respondidos deveria ter para que as conclusões dela resultantes fossem significativas do ponto de vista estatístico. Por meio das informações fornecidas pelo presidente da associação dos moradores do assentamento, residem atualmente, na localidade objeto de estudo, quarenta e cinco famílias. É importante lembrar que o questionário foi pensado para ser aplicado ao responsável por

cada lote (propriedade que compõe o assentamento), assim tem-se que um representante de cada família deveria participar.

Logo, estatisticamente falando, segundo Bruni (2007), a população foco do estudo é finita, o que significa que a diferença entre seu tamanho e o tamanho da amostra obtida não é grande. Considerando um nível de 90% de confiança para a pesquisa, que é um nível amplamente aceito na literatura, a definição do número mínimo de respostas que deve ser obtida com a aplicação do questionário, foi dada pela equação (1), de acordo com Bruni (2007):

$$n = \frac{z^2 pqN}{z^2 pq + (N - 1)e^2} \quad (1)$$

Em que z é o nível de confiança escolhido, que, aqui, no caso, é de 90%; p e q (complementar de p) são as proporções relacionadas à população dos assentados. Neste ponto, é importante ressaltar que, segundo Hoffmann (2006), quando não se tem uma estimativa prévia de p , como é o caso aqui, atribui-se a este o valor de 0,5; N é o total dos responsáveis por cada lote, e e é o erro máximo aceitável para o cálculo, que para o presente caso é 10%.

Atribuindo as especificações definidas, bem como o total de famílias na equação 1, tem-se que seria necessário que no mínimo 22 responsáveis pela terra respondessem ao questionário. Como foi possível obter a resposta de 30 pessoas, todos os resultados que serão apresentados têm um nível de confiança de 90%, ou seja, possuem relevância estatística.

Transformações fundiárias no estado de Mato Grosso e caracterização do objeto de estudo

Apesar de ter seu território caracterizado por grandes propriedades dedicadas ao agronegócio exportador de *commodities*, Cruz, Heck e Carrara (2020) mostram que o estado de Mato Grosso ocupa o terceiro lugar em área total e o quinto em número de assentamentos, dentre todos os estados do país. Tal posicionamento se deve principalmente à política agrária implementada pelo governo federal a partir da década de 1970, com o objetivo de ocupar áreas do estado que, à época, ainda não eram habitadas.

Segundo Lameira e Figueiredo (2008), a criação de assentamentos no estado de Mato Grosso contou com forte atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No período de 1980 a 1992, foram realizados diversos projetos de colonização oficiais por parte desse instituto, que podem ser identificados como “Projetos de Assentamento Rápido”, efetuados com auxílio dos governos estaduais e municipais, em localizações cuja infraestrutura já existia previamente; “Projetos de Ação Conjunta”, em que o INCRA fornecia as terras, a infraestrutura, a titulação e as cooperativas colaboravam com a manutenção e gerenciamento do assentamento. Existia

também o “Projeto Especial de Assentamento”, que buscava assentar populações oriundas de regiões onde havia conflitos por terra.

De acordo com o Relatório DATALUTA (2020), no período entre 1979 e 2019, o estado de Mato Grosso é destaque na Região Centro-Oeste, com 585 assentamentos rurais implementados, que abrigam o total de 104.212 famílias em uma área de 6.237.643 hectares.

De acordo com INCRA (2019), até o ano de 2019 os projetos de assentamento estavam distribuídos em todo o estado de Mato Grosso, porém as maiores áreas estão localizadas na região norte do estado, sendo assim, a maior quantidade de assentamentos rurais do estado estão nos biomas do Pantanal e Amazônico, enquanto o Cerrado acabou por ser ocupado pela colonização privada, possuindo, assim, uma estrutura com maior concentração de terra.

Em Mato Grosso, as regiões com mais assentamentos também são aquelas mais distantes do mercado consumidor, que está localizado em maior proporção próximo à capital (Cuiabá), problema este que é reforçado pelas condições ruins das estradas que interligam o estado, o que dificulta o escoamento da produção da agricultura familiar até o mercado consumidor local (CRUZ, HECK e CARRARA, 2020). Este fato, acrescido de diversas dificuldades, como nos casos de acesso a serviços básicos e ao crédito, leva autores como Alves, Figueiredo e Zavala (2012) a considerarem que, por conta da falta de assistência aos agricultores, a reforma agrária acabou por aumentar a população pobre na área rural de Mato Grosso.

É no contexto brevemente exposto acima que ocorre a criação do assentamento Primavera, que foi iniciado com o surgimento do acampamento Zumbi dos Palmares, localizado em Rondonópolis-MT, formado por famílias que foram retiradas da ocupação da fazenda Aliança entre os anos 1995 e 1996, situada na cidade vizinha de Pedra-Preta. Os assentados estiveram acampados ali por 30 dias e, após esse período, o governo os retirou coercitivamente e os encaminhou para viverem temporariamente em uma área pública, próxima ao município de Rondonópolis, da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), com a promessa de que em até seis meses conseguiriam ser assentados (Cruz; Heck; Carrara, 2020).

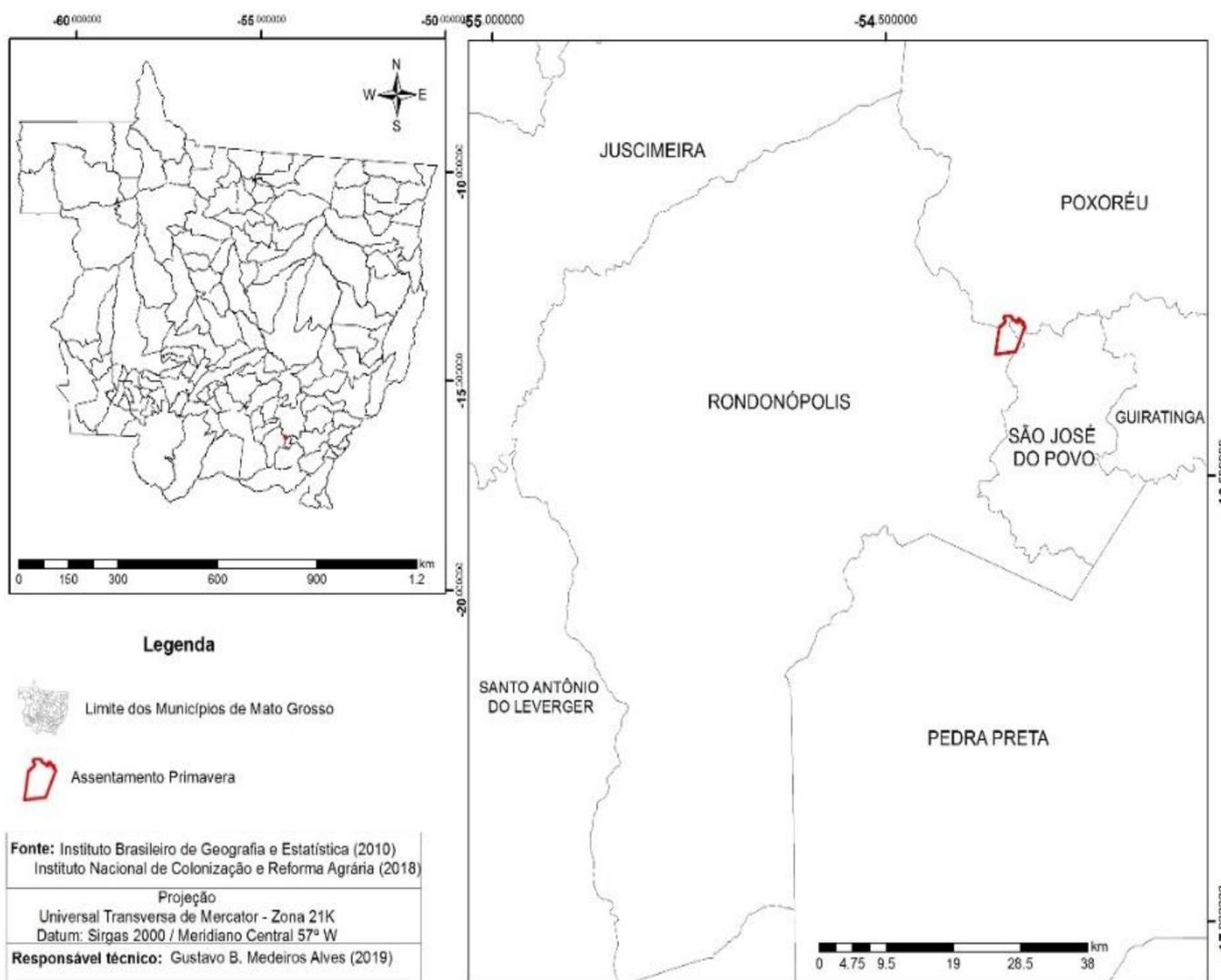
As famílias ficaram acampadas na EMPAER durante quinze meses, e não obtiveram qualquer retorno do INCRA sobre a formação do assentamento. Logo iniciou-se uma marcha, em prol de mobilizar e chamar a atenção das autoridades e da população sobre a importância e urgência de uma Reforma Agrária no estado de Mato Grosso. A passeata dos acampados seguiu em direção à capital do estado – Cuiabá –, a 230 km de Rondonópolis, e durou quatro dias. Esse movimento reuniu pessoas de várias partes do estado que reivindicavam o direito à terra. Essa marcha resultou na criação de um acampamento na sede do INCRA, pelo período de três meses (Oliveira, 2016).

As muitas reivindicações e ações realizadas pelos trabalhadores rurais em busca do direito à terra viabilizou a desapropriação de cinco áreas que pertenciam ao INCRA, localizadas em

Rondonópolis, Pedra-Preta e Campo Verde. O que resultou na distribuição das terras, e na alocação das famílias acampadas (Oliveira, 2016).

No âmbito de tais desapropriações, a fazenda Primavera, localizada a 45 km de Rondonópolis/MT, foi desapropriada no ano de 1997, fracionada em lotes de 20 hectares e entregue para as famílias rurais, que inicialmente estavam no acampamento Zumbi dos Palmares, dando então origem ao Assentamento Primavera, cuja localização é apresentada por meio da figura 1 (Cruz, Heck, Carrara, 2020).

Figura 1 – Mapa com a localização do Assentamento Primavera



Fonte: Alves (2019 *apud* Cruz; Heck; Carrara, 2020)

Durante a aplicação do questionário, com base no relato dos assentados, pode-se perceber que o assentamento está localizado em uma boa região, mas de difícil acesso por conta das estradas sem asfalto, e os solos são férteis para produção agrícola, logo há capacidade de geração de renda. O

assentamento conta com uma associação de moradores ativa e participativa. No total, quarenta e cinco famílias residem no local atualmente.

Outro ponto importante de ser ressaltado é que os moradores informaram que ainda não detêm o título de propriedade da terra, o que acaba por dificultar a tomada de crédito rural, como o PRONAF, já que as instituições financeiras solicitam diversos documentos relacionados à propriedade da terra.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO RECENTE

A agricultura familiar é entendida, de acordo com a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, como uma atividade do meio rural que utiliza uma área menor do que quatro módulos fiscais, que emprega, como mão de obra principal, o trabalho da própria família, e que tem pelo menos uma parcela da renda familiar oriunda das atividades do estabelecimento agrícola.

No âmbito mundial, a agricultura familiar tem ganhado destaque no período recente. Em 2014, foi declarado o ano internacional da agricultura familiar, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com destaque para a importância da agricultura familiar e da classe de pequenos agricultores, objetivando conscientizar todos os países do mundo sobre a magnitude desse assunto, reforçando assim o papel da agricultura para combater a fome e a pobreza, e promover do desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), juntamente com Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, (FIDA), instituiu a Década das Nações Unidas para Agricultura Familiar entre os anos de 2019- 2028, com o propósito de criar políticas sociais para dar apoio e suporte à agricultura familiar no âmbito mundial. Uma de suas medidas é implantar a declaração do direito dos camponeses, objetivando a valorização da agricultura familiar, o que ressalta a preocupação de instituições multilaterais com esse tipo de atividade rural, evidenciando assim a sua importância global.

De acordo com o INCRA/ FAO (2000), a grande maioria das propriedades de agricultores familiares no Brasil é pequena, com menos de 2 hectares; em contrapartida, a quantidade de alimentos que é produzida nessas propriedades é maior do que a proporção de terra que ocupam. Cabe salientar a capacidade produtiva da agricultura familiar em abastecer o mercado interno, notabilizando, além da importância econômica, a sua relevância para a segurança alimentar.

Em se tratando dos números mais atuais sobre agricultura familiar, tem-se que, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o total de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil é de 3.897.408 milhões, o que equivale a 76,8% de todos os estabelecimentos agropecuários, de modo que eles ocupam uma área de 80,9 milhões de hectares, isto é, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Já quando são observados os dados por região, percebe-se algumas discrepâncias. Ainda de acordo com as informações do censo Agropecuário de 2017, a região Centro-Oeste é a que possui menor proporção de estabelecimentos de agricultura familiar (64,3%), enquanto a região Sudeste tem 71,1% e a Sul 78%, ficando as regiões Nordeste e Norte com proporções maiores do que a verificada nacionalmente, em que, respectivamente, 79,2% e 82,8% dos estabelecimentos rurais destas regiões são de agricultura familiar.

Aquino, Alves e Vidal (2020) ressaltam, que apesar da agricultura familiar ser bastante abrangente no que tange ao número de estabelecimentos da região Nordeste, tal proeminência não é verificada na área ocupada pelos mesmos, já que a agricultura familiar abrange nesta região apenas 36,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Já as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram maior tendência de crescimento da área dos estabelecimentos da agricultura familiar, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017.

Ainda no que diz respeito à área, cerca de 70% dos estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar tem área entre 1 e 50 hectares – desses, 85% dos estabelecimentos são terras próprias. Os estados de Pernambuco, Ceara, e Acre têm o equivalente à proporção maior de área ocupada (Censo Agropecuário, 2017).

O Censo Agropecuário de 2017 aponta que, em comparação ao Censo de 2006, a agricultura familiar sofreu uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos. O pessoal ocupado em estabelecimentos de agricultura familiar caiu 17,6% em relação a 2006, bem como a área ocupada por tais estabelecimentos ficou menor (-0,5%) em comparação a 2006, o que mostra que, apesar de representar a maioria dos estabelecimentos agrícolas do país e da sua importância na segurança alimentar, a agricultura familiar brasileira não consegue empreender um crescimento sustentado, já que foi apresentada uma tímida evolução entre os anos de 1996 e 2006, e, deste último ano até o período mais recente (2017), as variações de estabelecimentos, pessoal ocupado e área foram negativas. Os motivos para essa tendência são tratados pela literatura especializada do tema e são inúmeros, tais como envelhecimento dos chefes de família e mecanização das atividades, porém, como o foco do presente estudo é o PRONAF, na seção seguinte, será feita uma detalhada descrição do programa no sentido de mostrar como este tem sido implementado justamente para incentivar a agricultura familiar e então melhorar números, como os apresentados acima.

PRONAF: OBJETIVOS, CARACTERÍSTICAS E PATAMAR ATUAL

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é o principal programa criado pelo governo federal para apoiar a agricultura familiar. A intenção do estado com a elaboração do programa foi proporcionar, aos pequenos agricultores, o aumento da renda na zona rural, assim como um bem-estar social e sustentável (Schneider; Mattei; Cazella, 2004).

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas IBASE (2006), o PRONAF, no que tange à sua operacionalidade, é classificado em quatro linhas de crédito, i) Financiamento da produção agropecuária, ou seja, crédito de custeio, que se destina para a compra de insumos, fertilizantes, sementes, defensivos, vacinas e ração; ii) Financiamento de infraestrutura e serviços destinados ao município; iii) Auxílio para os agricultores na pesquisa e extensão rural, através da implementação de novas tecnologias e formação intelectual dos agricultores através de treinamentos e cursos; e iv) Financiamento atribuído aos agricultores para que estes tenham acesso a novas tecnologias.

No ano de 1995/96, foi iniciado o primeiro plano safra. Neste ano inicial, o PRONAF encontrou dificuldades e entraves para se consolidar, e os bancos se mostraram resistentes para a liberação de crédito. Foram disponibilizados somente R\$ 89 milhões em recursos, divididos em 33.227 operações em crédito de custeio, com taxa de juros de 16% ao ano, e 25% de abate para pagamento da parcela sem atraso. No primeiro ano do programa, havia somente a linha de crédito de custeio da produção, e, no ano seguinte, em 1996, foi criado, através do decreto nº1.946 de 28 de junho de 1996, outras linhas de crédito que abrangiam, além do custeio, o PRONAF investimento e o PRONAF infraestrutura e serviços (Bianchini, 2015).

Mattei (2014) explica que, entre os anos de 1999 e 2003, aconteceram importantes mudanças no PRONAF. Foi instituída, com a resolução nº. 2.629 de agosto de 1999, a criação de seis grupos de agricultores familiares (A B, C, A/C D, E), cujo propósito foi proporcionar aos agricultores um atendimento diferenciado e equitativo.

De acordo com dados da Análise de Desempenho do Banco do Brasil (2019), o Banco do Brasil (BB) permaneceu como principal banco fornecedor de recursos do PRONAF ao longo dos anos. O BB é o principal banco da agricultura familiar, o que mais realiza empréstimos para agricultura e pecuária, respondendo por quase 60% de todo o crédito rural do ano 2019, e, nesse mesmo ano, aplicou R\$ 103 bilhões de recursos no plano safra (MAPA,2019).

Assim, com as informações expostas acima, tem-se que, nestes mais de vinte anos de existência, o PRONAF passou por um processo de evolução no sentido de abranger diversas categorias de agricultores familiares, que representam a diversidade produtiva existente em cada região do país. Para se ter uma ideia do patamar atual de tal programa, a próxima subseção apresenta informações sobre sua abrangência e sobre o montante de crédito fornecido recentemente.

PRONAF no período recente

De acordo com o MAPA (2019), no Plano Safra da Agricultura Familiar do período 2019/2020, os recursos previstos eram de R\$ 31,22 bilhões, distribuídos para o financiamento no período de julho de 2019 até junho de 2020, destinado às linhas de crédito de custeio e investimento.

A taxa de juros que o plano define é de 3% ao ano. O plano safra acima citado contou com uma novidade, a linha de crédito destinado para a construção ou reformas de residências rurais.

De acordo com o mais recente Censo Agropecuário (2017), o número de estabelecimentos agrícolas registrados é de 5.073.324. Sendo que 15,46% destes obtiveram algum tipo de financiamento. Dentre os programas de crédito disponíveis oferecidos pelo governo, o PRONAF foi o mais procurado: 76,62% daqueles que utilizaram algum programa governamental de crédito fizeram uso do PRONAF.

A tabela 1 apresenta os valores de financiamento do PRONAF e sua evolução ao longo do tempo:

Tabela 1 - Número de contrato e do crédito disponibilizado pelo PRONAF⁴

Anos	Nº de contratos	Valor nominal em R\$	Variação % no número de contratos
1996	311.406	556.867.943	-
2000	834.049	1.864.888.674	167,83%
2006	2.551.497	7.166.030.577	205,92%
2008	1.550.749	8.664.729.050	-39,22%
2012	1.823.210	16.358.978.153	17,57%
2013	1.988.480	19.947.792.057,38	9,06%
2014	1.818.255	24.683.971.227,59	-8,56%
2015	1.697.660	21.746.707.452,59	-6,63%
2016	1.619.569	22.298.419.409,04	-4,60%
2017	1.575.744	22.740.236.006,60	-2,71%
2018	1.486.855	24.653.287.321,70	-5,64%
2019	1.360.786	25.955.835.690,15	-8,48%

Fonte: Mattei (2015) e Bacen 2020

Por meio da tabela 1, observa-se que houve uma evolução ao longo dos períodos, esse montante de contratos financiados para os agricultores passou a crescer consideravelmente no início dos anos 2000. A partir do ano de 2014 até 2019, o número de novos contratos do PRONAF retraiu, e, em contrapartida, os valores financiados se expandiu. Mattei (2015) faz uso do termo movimento invertido para esse fenômeno, ele observa que, a partir do ano de 2008, a participação de produtores rurais com maior poder aquisitivo cresce, juntamente com sua participação no sistema financeiro. No ano de 2019, o valor dos contratos financiados foi o maior dentre os anos apresentados na tabela 1, apesar de o número de contratos apresentar queda em relação ao ano anterior.

Assim, ao longo da história do PRONAF, verifica-se que o alcance do programa cresceu, e suas linhas foram diversificadas, o que indica que há demanda por parte dos agricultores familiares. A queda no número de contratos negociados e a elevação do montante dos mesmos é uma informação

⁴ Para os anos ausentes na tabela não há informação disponível.

preocupante, pois sugere que agricultores familiares com menor capacidade podem não estar conseguindo suprir sua demanda por crédito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

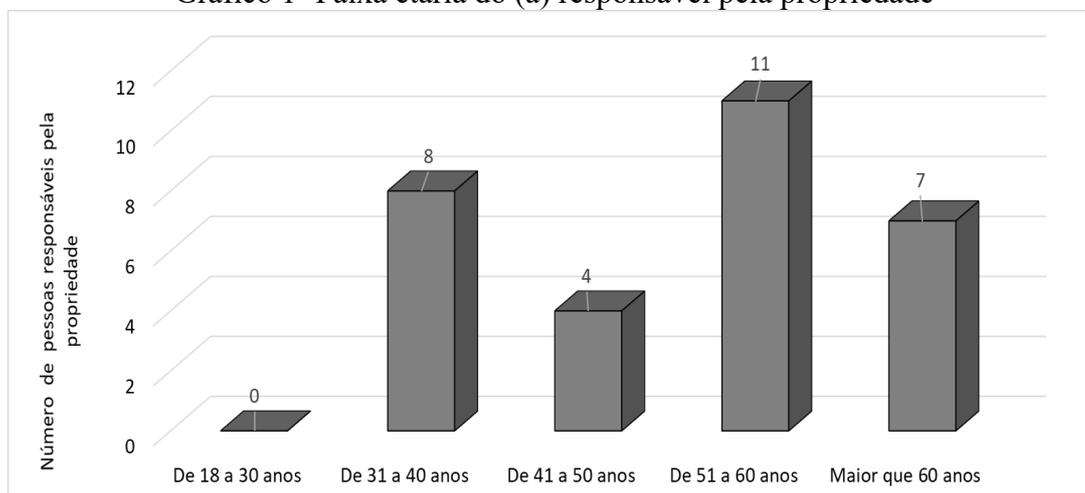
Na presente seção serão apresentados os resultados obtidos via aplicação do questionário. Inicialmente, serão expostas e discutidas as informações que caracterizam os responsáveis pelos lotes que constituem o assentamento, e, posteriormente, serão exibidos e avaliados os dados referentes à adesão ou não das famílias do assentamento ao PRONAF. É importante ressaltar que o questionário foi respondido pelo(a) responsável de cada família que habita o assentamento.

Caracterização do responsável pela propriedade

A Primeira pergunta feita no questionário para caracterizar o responsável pela propriedade foi para identificar se este era homem ou mulher, e, a partir das respostas, foi constatado que 23 responsáveis eram homens e apenas 7 eram mulheres, o que está em linha com as informações do Censo Agropecuário de 2017, que mostram que, nos estabelecimentos de agricultura familiar, os homens representam 81% dos produtores.

Como pode ser visto no gráfico 1, a faixa etária da maior parte dos responsáveis pela propriedade fica entre 51 e 60 anos. A segunda faixa etária com maior frequência fica entre 31 e 40 anos e sete pessoas relataram serem maiores de 60 anos. Com estas informações, percebe-se que a idade dos responsáveis pela propriedade é relativamente elevada e não foram identificados responsáveis na primeira faixa etária designada (de 18 a 30 anos), o que pode indicar um envelhecimento da população foco da pesquisa, assim como também foi identificado no Censo Agropecuário de 2017, que mostra que, entre os agricultores familiares, as faixas etárias com maiores concentrações são a de 45 a 54 anos e a de 55 a 65 anos.

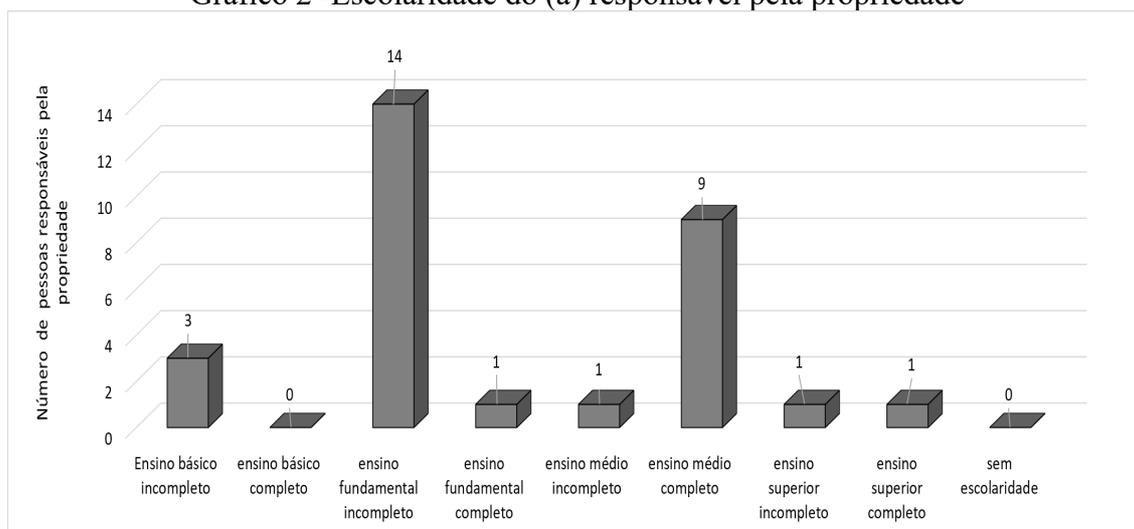
Gráfico 1 -Faixa etária do (a) responsável pela propriedade



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados obtidos via aplicação do questionário

Com relação à escolaridade dos responsáveis pela propriedade rural, exposta no gráfico 2, a maior parte dos entrevistados tem o ensino fundamental incompleto, seguida por aqueles que têm o ensino médio completo. As respostas também apontam que uma parte bem pequena entre os responsáveis pela propriedade possui ensino superior completo. Este resultado também é condizente com o observado pelo Censo Agropecuário de 2017, que relata que, entre os agricultores familiares, apenas 5% tem ensino superior completo.

Gráfico 2 -Escolaridade do (a) responsável pela propriedade



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados obtidos via aplicação do questionário

No que diz respeito à participação em uma ou mais organizações da agricultura, como cooperativas, associação e grupo informal, verificou-se que dezesseis proprietários fazem parte de pelo menos uma entidade, já quatorze relataram que não participam. É importante mencionar, de acordo com Moraes e Schwab (2019), que as implicações para os agricultores que não estão inseridos nessas organizações são que estes acabam por ficar de fora de certa inclusão social, da oportunidade de aumento da venda de seus produtos para a comunidade local, em um cenário cada vez mais competitivo, em que os grandes produtores detêm uma grande parcela de mercado. O associativismo e o cooperativismo proporcionam a oportunidade de trabalho coletivo e a união de pessoas com o mesmo propósito, tendo em vista o aumento da renda, assim como a melhoria na inter-relação dos agricultores.

Também se questionou a respeito do tamanho da família residente na propriedade, já incluído o responsável pela mesma. A maior parte das respostas (16 pessoas) mostra que a família residente, incluindo o responsável, é composta apenas por duas pessoas, famílias com três membros foram relatadas por seis beneficiários. Já três pessoas relataram pertencer a uma família de quatro pessoas residentes na propriedade e outras três disseram que a família possui cinco membros. Apenas duas pessoas declaram fazer parte de uma família com mais de seis pessoas residentes no assentamento.

Tais respostas indicam que uma parte da população rural já migrou para a cidade, o que pode explicar as famílias com poucos membros residentes, principalmente se for considerado o fato de os filhos dos moradores terem migrado para a área urbana para estudar e trabalhar, conforme relatado pelos assentados.

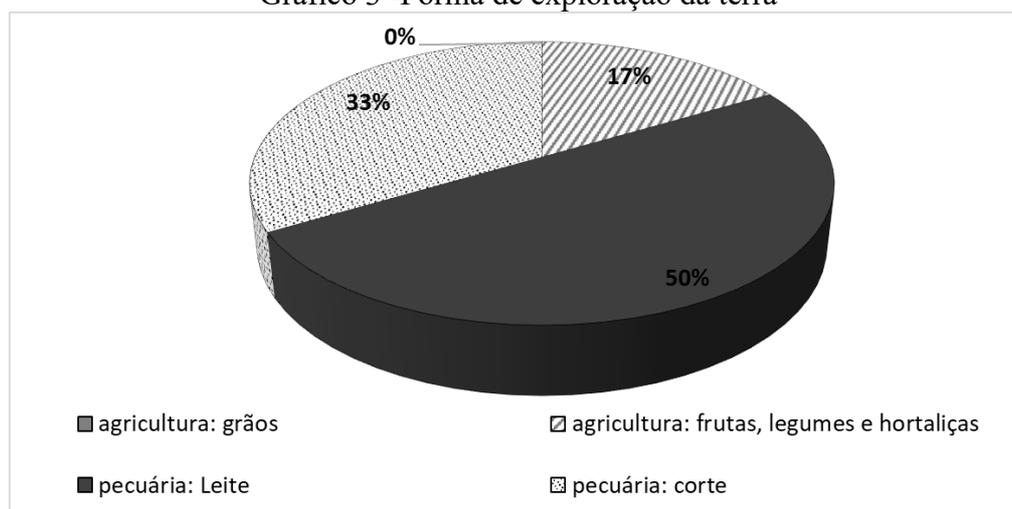
Sobre a quantidade de membros da família que trabalham na propriedade rural, a pesquisa constatou um total de nove entrevistados que informaram que é apenas o responsável que trabalha na produção rural da propriedade. Já dez assentados declararam que todos os membros trabalham no assentamento. É interessante perceber que sete pessoas relataram que a minoria dos membros das famílias trabalha na propriedade, resultado este que reforça o fato da ida de alguns membros da família para a área urbana e que também está em linha com os resultados do Censo Agropecuário de 2017, que indicaram que, nos estabelecimentos da agricultura familiar, a população ocupada foi reduzida em 2,166 milhões, se comparado com o Censo de 2006.

Ainda em relação ao trabalho na propriedade, a maioria relatou que não utiliza mão de obra de fora do núcleo familiar (19 pessoas) e sete declararam usar apenas em alguns períodos, o que mostra que a produção no assentamento gera pouca oportunidade de trabalho para além dos seus moradores, já que apenas quatro proprietários alegaram usar frequentemente mão de obra de fora do núcleo familiar.

Em relação à posse dos lotes, a grande maioria declarou ser beneficiária original (24 pessoas). Já entre aqueles que não são beneficiários originais (6 pessoas), o tempo de permanência na propriedade é considerável, pois apenas três famílias residem na propriedade a menos de 5 anos, e três famílias moram no assentamento de 5 a 10 anos. Vale ressaltar que o assentamento possui 23 anos de existência. O período identificado como de residência no assentamento pode ser em decorrência de alguns motivos: i) das famílias terem um apreço pelo espaço em que vivem, ou ii) escolherem transferir os lotes de geração em geração, ou ainda iii) pela desvalorização do preço de venda das propriedades, como informam Cruz, Heck e Carrara (2020).

Por fim, ainda dentro da caracterização dos responsáveis por cada lote, foi perguntado a respeito das atividades praticadas na propriedade. Os resultados estão organizados no gráfico 3 e mostram que 50% dos assentados trabalham com pecuária de leite, sendo esta a principal atividade econômica do assentamento, responsável pela geração de renda. Já 33% das famílias trabalham com a pecuária de corte, e 17% com agricultura: frutas, legumes e hortaliças. É importante mencionar que no assentamento não há produção de grãos, seguindo, assim, a vocação da agricultura familiar de produzir alimentos que vão para a mesa da população, diferentemente do que ocorre em grande parte do estado de Mato Grosso, que tem sua produção marcada por grandes propriedades exportadoras, principalmente de soja, algodão e milho.

Gráfico 3 -Forma de exploração da terra



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados obtidos via aplicação do questionário

Com a caracterização feita acima, pode-se verificar que a grande parte das características apresentadas estão em linha com os resultados do Censo Agropecuário de 2017 para a agricultura familiar. Logo, o assentamento aqui em questão é uma boa representação da agricultura familiar brasileira, apesar de estar circundada e, como relatado pelos moradores, pressionada por grandes propriedades cuja produção é voltada para a exportação.

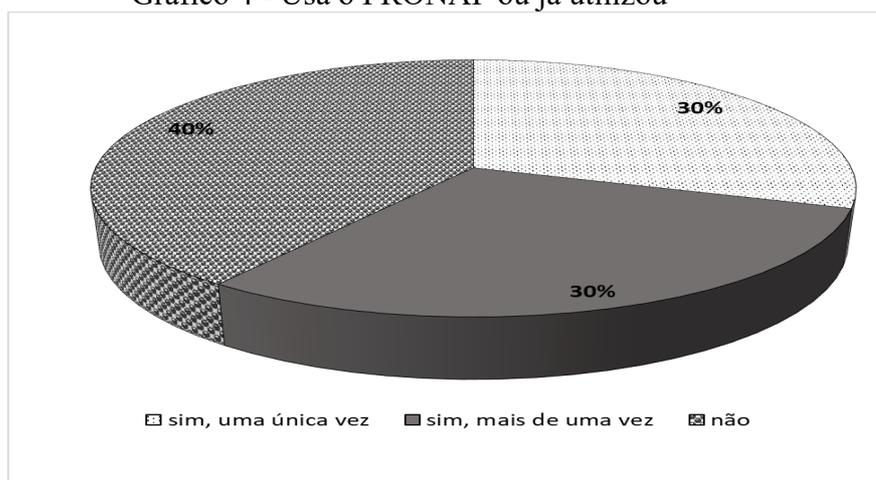
Entendimento da adesão ou não ao PRONAF

Após ter um bom panorama do perfil dos responsáveis e da produção do assentamento, serão apresentados nesta subseção os resultados obtidos com as perguntas direcionadas sobre o uso ou não do PRONAF e as percepções decorrentes deste.

Inicialmente, questionou-se sobre a utilização do PRONAF, e, como se pode observar no gráfico 4, os moradores do assentamento que acessaram o programa uma única vez foi o equivalente a 30%; os que responderam que nunca utilizaram o PRONAF foram 40%; e, por fim, 30% revelaram ter obtido crédito por meio do programa mais de uma vez. Nesse sentido, entende-se que a maioria dos assentados em algum momento demandou o crédito rural do PRONAF. Conversando com os moradores, foi possível identificar que todos tinham conhecimento do que é o PRONAF, apesar de nem todos terem feito uso, conforme os números do gráfico 4.

A partir do questionamento apresentado no gráfico 4, fez-se a seguinte divisão: aqueles que já utilizaram pelo menos uma vez o crédito do PRONAF, responderam perguntas sobre o uso, e as respostas serão expostas e discutidas abaixo; já aqueles que nunca se beneficiaram do programa, responderam algumas questões que serão detalhadas na sequência.

Gráfico 4 - Usa o PRONAF ou já utilizou

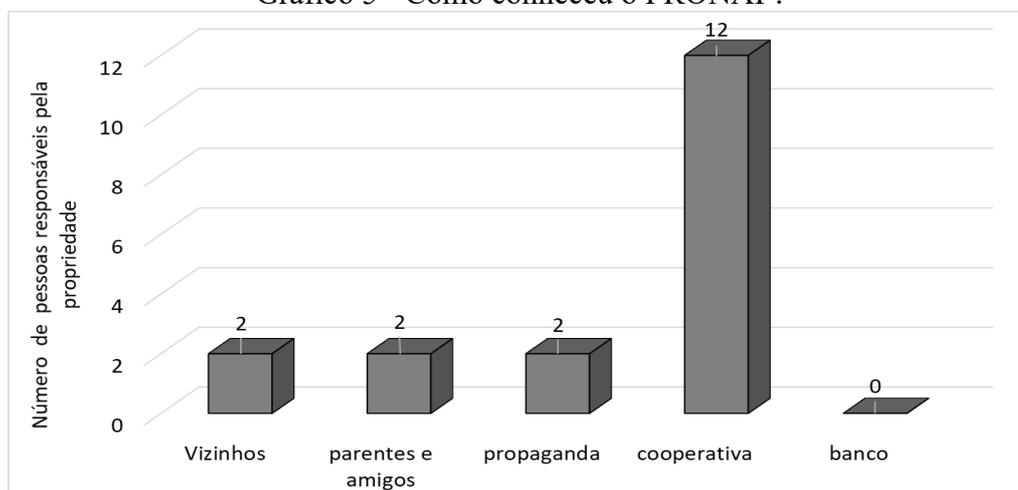


Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados obtidos via aplicação do questionário

Análise da adesão ao PRONAF

Para aqueles que já fizeram uso do PRONAF, a primeira questão buscava entender como tomaram conhecimento da existência do programa. O gráfico 5 mostra que o principal instrumento de informação foi através das cooperativas de crédito e é importante ressaltar que nenhuma pessoa citou os bancos como fonte de conhecimento, o que pode indicar um distanciamento da comunidade em relação às instituições financeiras tradicionais.

Gráfico 5 - Como conheceu o PRONAF?



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados obtidos via aplicação do questionário

Dentre os que já adquiriram o crédito do PRONAF, observou-se que as únicas linhas de crédito utilizadas foram o PRONAF custeio e o PRONAF investimento. Ressalta-se que os entrevistados poderiam escolher mais de uma resposta para essa pergunta. Um total de quinze famílias contrataram o PRONAF custeio, e sete o PRONAF Mais Alimento.

A respeito da orientação para a aquisição do crédito, 55,6% responderam que tiveram suporte técnico e, quando perguntado qual instituição foi a responsável pelo suporte, a maioria citou a própria

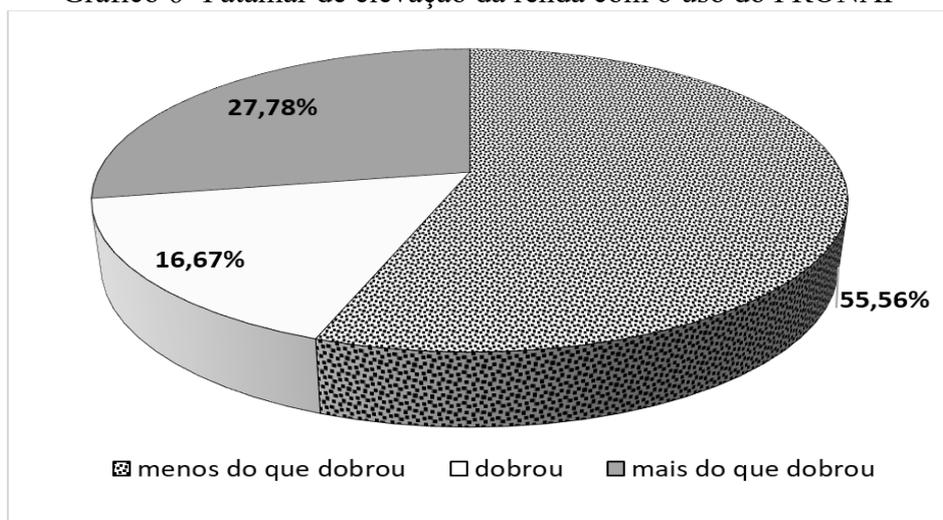
associação de moradores. A EMATER também foi citada como responsável por fornecer algum respaldo no momento da solicitação do PRONAF.

Em relação ao motivo que levou ao uso do PRONAF pelas famílias assentadas, para a maioria (44%), o grande atrativo foram os juros mais baixos oferecidos pelo programa. Já 33,3% alegaram que adquiriram por não ter outras opções de financiamento rural, e 22,2% relataram que a motivação foi a facilidade na obtenção do crédito.

Dentre todos os moradores que aderiram ao uso do PRONAF, ou seja, do total de dezoito, todos responderam que o PRONAF impactou positivamente na sua propriedade. Sendo assim, foi questionado quais foram os impactos positivos, e, para essa pergunta, os entrevistados poderiam escolher mais de uma resposta. As respostas mais frequentes foram que, por meio do programa em questão, foi possível melhorar a infraestrutura da propriedade, bem como aumentar a produção.

Todos que fizeram uso do PRONAF relataram também aumento da renda. Desses, 55,56% responderam que a renda menos que dobrou com o uso do crédito adquirido e 27,78% declararam que a renda mais que dobrou, conforme pode ser verificado pelo gráfico 6.

Gráfico 6 - Patamar de elevação da renda com o uso do PRONAF



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados obtidos via aplicação do questionário

No que diz respeito às dificuldades com o PRONAF, a maioria citou a quantidade de documentos necessários e, em segundo lugar, ficaram os relatos de demora para a efetivação do processo e recebimento do crédito. Por outro lado, nenhum dos participantes relatou dificuldades com as regras do programa. Assim, daqueles que já fizeram uso do PRONAF, 77,8% relataram que voltariam a usar o programa no futuro.

Pode-se inferir, com os resultados acima, que o PRONAF se mostra importante para o assentamento estudado e que a maioria das famílias já recorreram ao PRONAF, principalmente com o intuito de atender as suas necessidades de financiamento da produção e da infraestrutura, visando aumentar a produtividade e conseqüentemente a renda. Também fica claro que, para boa parte das

famílias, o que leva ao uso do referido programa é a taxa de juros subsidiada, o que é um indicativo do conhecimento superficial em relação a este, já que o mesmo, além de proporcionar crédito mais acessível, possui linhas voltadas para melhorar o conhecimento técnico do produtor, para incentivar o turismo rural, a produção de produtos orgânicos, dentre outros benefícios que não são utilizados pelos produtores do assentamento.

Análise da não adesão ao PRONAF

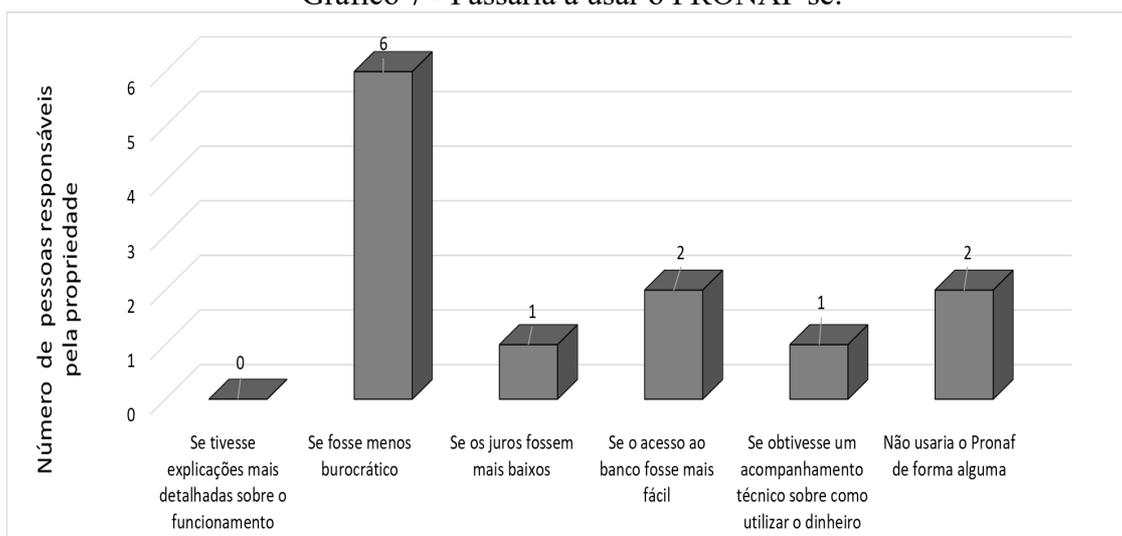
Para os assentados que relataram nunca ter usado o PRONAF, foram feitas algumas perguntas no sentido de entender o porquê da não utilização. Questionados sobre o motivo de nunca terem usado o PRONAF, 50% relataram o fato de ser muito burocrático, 25% alegaram não precisar do recurso, 16,7% disseram que não se encaixavam nas regras do programa e 8,3% apontaram ter medo de contrair dívidas. Ressalta-se que nenhum dos entrevistados relatou utilizar outro programa do governo ou financiamento direto de cooperativa de crédito ou banco privado.

Dos que nunca utilizaram o PRONAF, 66,7% declararam que atualmente não têm necessidade de crédito ou financiamento. Já os 33,3% que disseram que atualmente precisam de crédito relataram suprir essa necessidade, na maioria dos casos, com recursos próprios, auferidos da propriedade, e também foi citado o uso de benefícios como previdência e bolsa família, assim como de recursos oriundos de trabalho assalariado de integrantes da família.

De acordo com o gráfico 7, grande parte dos responsáveis da propriedade que não fez uso do PRONAF passaria a usar o programa se fosse menos burocrático. Outro fator relevante que tornaria possível para estas pessoas o uso do PRONAF é se o acesso aos bancos fosse mais fácil. Muitos assentados fizeram críticas à postura dos grandes bancos e relataram descaso com os pequenos agricultores. É importante frisar que dois assentados deixaram claro que não usariam o PRONAF de forma alguma.

Apesar de nunca terem utilizado o PRONAF, 91,7% acreditam que o programa é extremamente importante para a vida dos agricultores familiares, sendo capaz de dinamizar produção, elevar a renda e melhorar as condições da propriedade. Nesse sentido, entende-se que aquelas famílias que não contrataram o PRONAF têm as suas motivações específicas, mas creem que este programa tem uma grande potencialidade.

Gráfico 7 - Passaria a usar o PRONAF se:



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados obtidos via aplicação do questionário

Com os resultados expostos acima, é possível verificar que a maioria dos assentados já utilizaram pelo menos uma vez créditos oriundos do PRONAF, o que pode ser atribuído à participação que boa parte relatou ter em cooperativas, que facilitam a difusão de informações, tanto que, dentre aqueles que fizeram uso de tal programa, creditaram às cooperativas o conhecimento de tal fonte de financiamento. Um ponto muito relevante é que todos que já fizeram uso do programa em questão relataram impactos positivos, principalmente no que diz respeito à infraestrutura da propriedade e à elevação da renda. Porém, é importante salientar que o uso do PRONAF em tal assentamento ainda é muito restrito, visto que os entrevistados relataram adesão a apenas duas linhas de crédito, dentre as diversas disponibilizadas, o que indica um conhecimento incompleto das diversas possibilidades que o programa oferece.

Tem-se que os benefícios, tanto em termos de infraestrutura quanto em termos de renda, oriundos da adesão ao PRONAF, são claramente percebidos pelos assentados, tanto por aqueles que foram ou são beneficiários, quanto por aqueles que nunca fizeram uso do programa. Pelos resultados obtidos, um dos entraves para uma maior adesão ao PRONAF, no Assentamento Primavera, é a questão burocrática – leia-se a exigência de documentos e procedimentos técnicos –, mas não apenas, é possível perceber questões mais estruturais, como o distanciamento, não apenas geográfico, que os assentados tem em relação às instituições financeiras, assim como questões de ordem pessoal, como o receio de se endividar. Tais resultados estão em linha com os obtidos por diversos estudos, com foco no entendimento da obtenção de crédito em assentamentos, principalmente aqueles distantes de grandes centros, tais como o de Copetti (2008).

Assim, tem-se que o PRONAF ainda enfrenta barreiras que devem ser vencidas, no sentido de aproxima-lo com o seu público alvo, tanto em termos técnicos e burocráticos, quanto em termos

informativos, com vistas a difundir as vastas linhas de financiamento que vão muito além do custeio da produção.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal identificar as facilidades e as dificuldades para a obtenção de crédito via PRONAF, além de possíveis melhorias obtidas através do programa para os agricultores familiares do Assentamento Primavera, localizado a 45Km da cidade de Rondonópolis-MT. Já os objetivos específicos eram observar as principais características dos agricultores familiares do Assentamento Primavera, bem como da sua produção, assim como entender os motivos da adesão ou não ao referido programa.

Com os resultados obtidos, pode-se verificar que a maioria dos responsáveis é do sexo masculino, com idade entre cinquenta e sessenta anos, escolaridade entre o fundamental incompleto e o médio, e participantes de alguma organização rural, como cooperativa. Estas informações identificadas mostram que os agricultores do assentamento Primavera se aproximam bastante das características da maioria dos produtores familiares brasileiros, levantadas pelo Censo Agropecuário de 2017.

No que tange ao trabalho na propriedade, grande parte é feita pelos próprios assentados, que desenvolvem majoritariamente a pecuária leiteira e de corte direcionada para o mercado consumidor local, o que evidencia que a lógica produtiva do assentamento é distinta da produção em larga escala de grãos, voltada para exportação, que é característica do estado de Mato Grosso.

Já em relação ao uso de PRONAF, a maioria dos assentados que responderam ao questionário já utilizou o programa, e, dentre estes, todos identificaram melhorias advindas da adesão, principalmente na infraestrutura e na renda. Porém, o uso ainda parece restrito, pois apenas as linhas “PRONAF custeio” e o “PRONAF mais alimentos” foram relatadas enquanto linhas usadas pelos assentados.

No que diz respeito aos que nunca utilizaram o programa, o maior entrave relatado foi a burocracia, como a exigência de documentos e a necessidade de ir até uma instituição financeira. Porém a grande maioria dos responsáveis pelas propriedades reconhece a importância do PRONAF para a agricultura familiar.

Dessa maneira, o que se pode concluir com o presente estudo é que, apesar das muitas dificuldades encontradas pelos agricultores no momento de pleitear o crédito através do PRONAF, seja pela burocracia, pelas dificuldades de acessar os bancos, ou até mesmo pela falta de título da propriedade, há o reconhecimento de que este representa uma política de crédito importante. O programa é visto pela maioria dos assentados como um benefício e uma conquista alcançada para aqueles agricultores familiares que possuem poucos recursos. As famílias entrevistadas no

assentamento sugerem que é preciso um olhar mais atento das cooperativas de crédito e dos bancos para com o agricultor familiar – muitos reclamaram de descaso. É importante relatar que os moradores do assentamento, até o momento da aplicação do questionário, ainda aguardavam o título de propriedade do lote, que, por sua vez, precisa ser fornecido pelo INCRA.

Assim, identifica-se que o estado ainda precisa ser mais ativo e participativo nas políticas agrícolas e no fomento das atividades da agricultura familiar, no sentido de aproximar essas políticas de quem precisa, através de uma comunicação mais direta e efetiva. A agricultura caracterizada pela grande propriedade, voltada para a exportação, se modernizou através de inovações e novos processos de mecanização. Entretanto, o que se observa quando se analisa a realidade da agricultura familiar nos assentamentos ainda é uma certa precariedade e necessidade de grandes investimentos para essa classe que luta e busca por condições melhores, frente aos grandes produtores e ao mundo competitivo rural.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.; FIGUEIREDO, A. M. R.; ZAVALA, A. A. Z. (IN) *Eficiência dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso*. Mato Grosso, p.79-137, 2012.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: Um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*. v.51, Suplemento Especial 2020, p. 31-54, agosto, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual do crédito Rural*. 2017. Disponível em:< <https://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em 10 fev. 2020.

BANCO DO BRASIL. *Crédito Rural*. 2004. Disponível em: < <https://www.bb.com.br/pbb>>. Acesso em 15 mar. de 2020.

BIANCHINI, V. *Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BITTENCOURT G. A. *Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil*. 2003, 227p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2003.

BRUNI, Adriano Leal. *Estatística Aplicada à Gestão Empresarial*. São Paulo : Atlas, 2007.

CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

CRUZ, A. C. da; HECK. C. R.; CARRARA, A. F. Os desafios socioeconômicos da Agricultura Familiar: Um estudo para o assentamento Primavera em Rondonópolis. *Economia Ensaios*, v.35, n.2, 2020. Disponível em:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/57250>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DE CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 131-168, jun. 2011.

- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). 2007. *Cartilha do PRONAF*. Curitiba, Editora da UFPR, 25 p.
- FEUSER, N. S. A.; SILVEIRA, C. V.; MARQUES, B. M. O PRONAF na percepção de produtores rurais do assentamento Itamarati em Ponta Porã/MS. *Revista Desenvolvimento, fronteiras e cidadania*. v. 3, n.1, p. 27-41, março de 2019.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Rural*. Rio de Janeiro, v. 45, n.02, abr/jun. 2007.
- GUEDES, A.A.A. *Financiamento da agricultura familiar - análise das dificuldades de acesso ao PRONAF*. 2016. 86f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- GÜNTER, H. *Como elaborar um questionário*. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 1) Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Estatística para Economistas*. 4 ed. São Paulo: Thomson Learning. 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. *Relatório Pronaf: Resultados da etapa Paraná*. Outubro de 2006. Disponível em:< https://ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf>. Acesso em 01 mar. 2020.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária - Painel de Assentamento 2019*. Brasília: INCRA, 2019. Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 10 jun. 2019.
- INCRA/FAO. *Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000. (FAO/BRA 036).
- LAMEIRA, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. R. Os assentamentos rurais em Mato – Grosso. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, 2008, Acre. *Anais...* Acre: SOBER, 2008.
- LIMA, L. O.; MEDEIROS, M. B.; SILVA, M. J. R. Identificação das dificuldades de acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares no nordeste brasileiro. *Extramuros*. v .7, n.2, 2019.
- MANUAL DO CRÉDITO RURAL -MCR. Brasília, 2018. Disponível em:<<https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em 30 jun. de 2020.
- MAPA - MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>>. Acesso em 23 de fev. de 2020.
- MAPA - MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO. Pronaf, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>>. Acesso em 26 de fev. de 2020.
- MATTEI, L. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 45, 2014.
- MATTEI, L. Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar: O Caso Recente do PRONAF no Brasil. *Revista Raízes*, v.35, 2015.
- MELO, W. V. de; BIANCHI, C. dos S. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*. v.8, n.3, 2015.
- MERA, C. P.; DIDONET, G. B. Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS). *Perspectiva Econômica*. v. 6, n.2, 2010. Disponível em:< http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4279>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- MISSIO, F. *Uso do crédito agrícola do PRONAF como forma de fomento nas atividades produtivas na agricultura familiar do município de Campos Borges/RS*. 2012,45p. Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Ciências Econômicas,2012.

- MORAES, J. L. A.; SCHWARB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. *Estudos do CEPE*. n.49, 2019. Disponível em:< <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/13679>>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- OLIVEIRA, I. L. de. *A Luta “na” Terra: A pluriatividade e multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aso assentados de Zumbi dos Palmares – MT*. 2016. 128p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro de Ciências Naturais e Exatas. Santa Maria - RS, 2016.
- SARON, F. A.; NETO, C. de C. N.; HESPANHOL, A. N. As dificuldades de implementação dos programas de apoio à agricultura familiar no Brasil. *Boletim de geografia*. v. 35, n.1, 2017. Disponível em:< <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i1.30818>>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- SCHNEIDER, S.; MATTEI, L; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M, K.; MARQUES, P, E, M. (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre, 2004.
- SILVA, D. V. da; BORGES, J. R. P. As feiras-livres da agricultura familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, v. 40, n., p. 84-101. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2020.v40.642>> Acesso em: 10 jul. de 2021.
- SILVA, R. R. S. *Agricultura urbana: a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) e o acesso dos agricultores aos programas de governo no município de Salvador, Feira de Santana - BA*, 2018.
- SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol.52, n.1, pp.205-222.
- TAVARES, B. C.; MINUZZO, D.; SANTOS, A. B. P. dos. Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: Articulação do grupo de mulheres residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparaó -ES. *Revista Raízes*, v.41, n.1, jan/jun. 2021.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO I

Antes da aplicação, o questionário foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP e devidamente aprovado.

Questionário

- Caracterização do responsável pela propriedade

1- Sexo:

Homem Mulher

2- Qual sua faixa etária

De 18 a 30 anos De 31 a 40 anos De 41 a 50 anos De 51 a 60 anos
 Maior que 60 anos

3- Qual a sua escolaridade

Ensino básico incompleto ensino básico completo ensino fundamental incompleto ensino fundamental completo ensino médio incompleto ensino médio completo ensino superior incompleto ensino superior completo sem escolaridade

4- Você faz parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar (cooperativa, associação, grupo informal)?

Sim Não

5 -Tamanho da família, residente na propriedade, incluindo o responsável (proprietário).

2 membros 3 membros 4 membros 5 membros 6 ou mais

6- Quantos membros da família trabalham na propriedade

Apenas o responsável todos os membros a maioria dos membros a minoria dos membros

7- Utiliza a mão de obra de fora do núcleo familiar?

Não Sim, apenas em alguns períodos Sim, constantemente

8- É beneficiário original da propriedade?

Sim Não

8.1 – Se respondido **NÃO** a quanto tempo reside na propriedade?

menos de 5 anos de 5 a 10 anos mais de dez anos

9 - Forma de exploração:

agricultura: grãos agricultura: frutas, legumes e hortaliças pecuária: Leite
 pecuária corte

- Entendimento da adesão ou não ao Pronaf

10 - Usa o PRONAF ou já utilizou

sim uma única vez sim mais de uma vez não

***Se a resposta for NÃO ir direto para a questão 19**

11 - Como conheceu o Pronaf, através de:

Vizinhos parentes e amigos propaganda cooperativa banco

12- Quais linhas utiliza ou já utilizou (se for o caso, mais de uma resposta):

Pronaf Mulher Pronaf Jovem Pronaf Mais Alimento Pronaf Custeio Pronaf Agroindústria Pronaf Industrialização de Agricultura Familiar Pronaf Agroecologia Pronaf Floresta Pronaf Eco Pronaf Microcrédito Produtivo orientado Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A

13- No período da aquisição do Pronaf, recebeu alguma orientação técnica

Sim Não

13.1 – Se **SIM**, de qual entidade:

cooperativa Banco EMATER Outros

14 – O que levou ao uso do Pronaf
() Financiamento (juros) mais barato () Facilidade na obtenção
() Falta de outras opções

15 – É possível dizer que o Pronaf impactou positivamente na propriedade?
() Sim () Não

15.1 – Se **SIM**, esta melhoria se refletiu em qual item abaixo (pode ser + de 1 opção):
() Produção aumentou () Ajudou a reduzir dívidas
() Melhorou a infra estrutura da propriedade () Ajudou na organização da propriedade

16- Após o uso do Pronaf sua renda apresentou elevação?
() Não () Sim

16.1 - Caso responda **SIM**, em torno de quanto?
() Menos que dobrou
() Dobrou
() Mais que dobrou

17- Quais as dificuldades para obtenção do Pronaf
() Demora para efetivar a aquisição do dinheiro () solicitação de muitos documentos () falta de conhecimento sobre as regras do programa () dificuldade de acessar os Bancos

18 – Voltaria a usar o programa no futuro?
() Sim () Não

As perguntas abaixo são apenas para quem respondeu NÃO na questão 10

19- Qual o motivo de nunca ter usado o Pronaf
() Nunca ouvi falar () Não preciso () É muito burocrático
() Não me encaixo nas regras () Utilizo outro programa de financiamento do governo () Obtenho financiamento direto de cooperativa de crédito ou banco privado () medo de contrair dívidas
20 – Atualmente você tem necessidade de crédito/ financiamento?
() Sim () Não

20.1 - Se sim, como tem feito?
() com recursos próprios auferidos da propriedade;
() com recursos advindos de benefícios, como previdência e bolsa família;
() com recursos auferidos de trabalho assalariado;
() com recursos assalariados de outros membros da família;
() com recursos de empréstimos consignados ou outros empréstimos

21 - Você passaria a utilizar o Pronaf se:
() Obtivesse explicações mais detalhadas sobre o funcionamento
() Se fosse menos burocrático
() Se os juros fossem mais baixos
() Se o acesso ao banco fosse mais fácil
() Se obtivesse um acompanhamento técnico sobre como utilizar o dinheiro
() Não usaria o Pronaf de forma alguma

22 - Apesar de nunca ter utilizado o Pronaf, você acredita que este programa é importante para os agricultores familiares
() Não () Sim